

O POVO COMEÇA A COMPREENDER QUE O FUTURO ESTÁ NAS SUAS MÃOS

N. 3/2/61 — do livro "Lutar por Moçambique" de Eduardo Mondlane

Recordar o 3 de Fevereiro, dia da morte violenta de Eduardo Mondlane, imposta pelo imperialismo e pelo colonialismo e seus lacaios, é lembrar toda a plêiade de heróis, mortos ou vivos, a quem se deve a nossa existência como Nação, como Povo, livres e independentes.

Neste dia convém estudar todas as directrizes do Partido FRELIMO, na sequência dos primeiros rumos traçados pela FRELIMO, como órgão e expressão aglutinadora de todos quantos, nos já recuados dias da constituição da Frente de Libertação de Moçambique e, posteriormente, ao longo da sua imparável caminhada, deram as suas vidas, ficaram mutilados, sofreram violentos traumas, para conquistarem, passo a passo, a nossa libertação.

Hoje, Dia dos Heróis Moçambicanos, a par de prestarmos sentida homenagem às mulheres, homens, jovens e crianças, cujo sacrifício nos conduziu à condição de pessoas, meditemos, mais profundamente, nas palavras — ou antes, na mensagem contida nelas — do seguinte trecho extraído da obra LUTAR POR MOÇAMBIQUE, escrita pelo Herói Nacional, Eduardo Mondlane, em 1968:

Embora estejamos a ganhar lentamente a guerra, e temos razões para acreditar que continuaremos a ganhar, estamos conscientes de que a vitória final ainda está muito longe. Porque Portugal tem muitas vantagens. Tem um grande exército equipado com armas modernas; em Moçambique há pelo menos 60 000 soldados portugueses bem armados, contra o nosso actual exército de cerca de 8000 guerrilheiros, muitos dos quais têm o equipamento mínimo indispensável e armas impróprias. Portugal goza de pleno apoio da África do Sul, o país mais rico do continente, e obtém útil auxílio e apoio de todos os países ricos do Ocidente.

Certos factores geográficos e sociais contam também a seu favor. Moçambique é um país imenso, e à medida que libertamos mais zonas e alargamos as áreas de combate, as comunicações tornam-se cada vez mais difíceis. Esta é uma das razões pelas quais temos de ir empurrando lentamente. Porque, à medida que avança a fronteira de acção, as linhas de abastecimento têm que ser devidamente organizadas à retaguarda. Neste e noutros aspectos somos muito prejudicados por falta de pessoal instruído. A falta de eficiência é um dos nossos maiores problemas e surge porque o povo não teve treino de organização, nem educação política para compreender a razão por que certas coisas têm que ser feitas. Assim, antes de podermos operar com um mínimo de eficiência numa nova região tem que se realizar uma grande campanha educacional.

Paradoxalmente, o facto de a guerra ser conduzida deste modo pode, a longo prazo, ser uma vantagem para o nosso desenvolvimento final. Porque a guerra é uma medida extrema de acção política, que tende a produzir transformações sociais mais rápidas do que qualquer outro factor; e num país tão atrasado como Moçambique a rápida transformação social será muito importante depois da independência.

Todavia, actualmente a guerra é uma agonia; famílias sem lar, fome, desvio de energias e talentos necessários aos projectos de desenvolvimento; por causa da guerra, há mortos e feridos. Não escolhemos a guerra como o nosso caminho para a independência nacional. Forçaram-nos à guerra. Mas, visto que neste momento não temos outra opção, vale a pena reconhecer e tentar tirar partido dos aspectos construtivos da luta armada.

A libertação não significa para nós simplesmente

a expulsão dos Portugueses; significa reorganizar a vida do país e lançá-la na via do sólido desenvolvimento nacional. Para isto é necessário tirar o poder político das mãos dos Portugueses, visto que estes se opuseram sempre ao progresso social e estimularam somente aquele desenvolvimento económico que podia beneficiar uma elite pequena e quase exclusivamente estrangeira. Mas o movimento de libertação não poderá reivindicar o êxito até que, através dele, o povo consiga o que os Portugueses lhe recusaram: nível de vida tolerável; instrução, condições de desenvolvimento económico e cultural; oportunidade de participar no seu próprio governo. Assim, a pergunta «quanto tempo durará a guerra?» não é tão importante como parece. Aconteça o que acontecer, quer tenhamos que continuar por dez ou vinte anos a combater palmo a palmo no nosso caminho até Lourenço Marques, quer os Portugueses desistam e se retirem nos próximos anos, os nossos problemas não terminarão com a independência. Contudo, se a guerra for longa, estes poderão ser menos agudos. A independência, por si só, não muda as atitudes do povo dum dia para o outro, e o colonialismo desencoraja todas aquelas qualidades necessárias à boa construção da democracia. Entre os ignorantes, a regra autoritária reprime a iniciativa, o sentido da responsabilidade pessoal, e cria, em lugar deles, uma atitude de não cooperação com o governo; entre os poucos instruídos, estimula um elitismo imitado da complicada hierarquia do governo colonial. Nas zonas libertadas, são estas as tendências que tivemos de combater, ao mesmo tempo que fazíamos campanha contra problemas tradicionais como o tribalismo, a superstição e o baixo nível geral de compreensão política e económica. A urgência proveniente das condições da guerra forçou-nos a reconhecer logo estes problemas e mostrou-nos a importância da educação política. Como resultado, já começam a mudar as atitudes nas zonas libertadas. Ainda existem divisões locais, faltas de compreensão, alguma corrupção e muita ineficiência; mas tudo isto tende a diminuir. O povo começa a compreender, que o seu futuro está nas suas próprias mãos. É por isso que podemos encarar com certa calma o longo caminho que ainda temos à nossa frente. Se amanhã o Governo Português resolvesse entregar Moçambique, este trabalho teria ainda que ser iniciado em todo o resto do país; se os Portugueses forem ficando outros cinco anos ou dez, ou mais, esse trabalho terá avançado mais.